

APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA FRENTE AO COMETIMENTO DE ATOS CONCRETOS CONDENÁVEIS

Sylvera Salles de Santana Aragão*

RESUMO: O presente estudo tem como escopo a análise da aplicabilidade do princípio da dignidade humana frente ao cometimento de atos concretos condenáveis. Introdutoriamente, faremos uma apreciação atinente à dignidade humana, assim como a análise da previsão constitucional. Buscaremos verificar se as condutas acima elencadas afastam a aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana, já que se trata de atos que causam grande índice de repercussão social. O princípio em foco está positivado no artigo 1º, inciso III, da Carta Magna. A importância do tema levantado dá-se face à discussão que o permeia, visto que se trata de conduta de alta reprovabilidade. Em que pese a assertiva, demonstraremos que a incidência deste princípio se mostra como vetor frente ao tratamento dispensado aos que cometem crimes de alto potencial ofensivo.

PALAVRAS-CHAVES: Dignidade da pessoa humana. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Atos concretos condenáveis. Aplicabilidade.

1. INTRODUÇÃO

A prática de condutas com alto índice de reprovabilidade social traz a lume a discussão concernente à aplicabilidade ou não do princípio da dignidade humana. Conforme será demonstrado no presente trabalho, trata-se de relevante axioma, que norteia todo o ordenamento jurídico e, que, em virtude da grande relevância que o cerca não deve ser desconsiderado na aplicação do direito.

Nessa perspectiva, com finco no melhor entendimento do tema, faremos uma abordagem sobre a dignidade humana e a sua previsão constitucional.

* Bacharela em Direito graduada pela Faculdade de Sergipe-FASE; Pós-graduanda no Curso de Especialização lato sensu em Direito Constitucional pela Universidade Anhanguera-Uniderp.

Utilizaremos no desenvolvimento deste estudo o método bibliográfico, consistindo na depuração de informações extraídas da análise de conteúdos retirados de livros e artigos disponibilizados em revistas e em meio eletrônico sobre o tema central da pesquisa.

Trata-se de temática importante e que suscita reflexões no mundo jurídico, pois obtemperam-se as nuances pertinentes ao tratamento dado aos que adotam conduta de alto teor de rejeição social.

Buscaremos analisar se o cometimento de atos concretos absolutamente condenáveis pelo ordenamento jurídico afasta a aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana, com base na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

2. AMPLITUDE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

A Constituição da República Federativa do Brasil, Estado Democrático de Direito, estabelece em seu artigo 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do sistema constitucional, apresentando-se como princípio maior para a interpretação dos demais direitos e garantias conferidos aos seus jurisdicionados.

Alexandre de Moraes (2003) assevera que:

“A dignidade da pessoa humana é um valor espiritual e moral inerente a pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, que constituindo-se um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos. O direito à vida privada, à intimidade, à honra, à imagem, dentre outros, aparecem como consequência imediata da consagração da dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil. (...) A ideia de dignidade da pessoa humana encontra no novo

texto constitucional total aplicabilidade (...) e apresenta-se uma dupla concepção. Primeiramente, prevê um direito individual protetivo, seja em relação ao próprio Estado, seja em relação aos demais indivíduos. Em segundo lugar, estabelece-se verdadeiro dever fundamental de tratamento igualitário dos próprios semelhantes.”

Infere-se, diante do elencado, que a Carta de 1988 ampliou o campo dos direitos e garantias fundamentais, apresentando-se como uma das Constituições mais avançadas do mundo no que se refere à matéria.

Segundo Flávia Piovesan:

Dentre os fundamentos que alicerçam o Estado Democrático de Direito brasileiro, destacam-se a cidadania e dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III). Vê-se aqui o encontro do princípio do Estado Democrático de Direito e dos direitos fundamentais, fazendo-se claro que os direitos fundamentais são um elemento básico para a realização do princípio democrático, tendo em vista que exercem uma função democratizadora, como afirma Jorge Miranda; “A Constituição confere uma unidade de sentido, de valor e de concordância prática ao sistema dos direitos fundamentais. E ela repousa na dignidade da pessoa humana, ou seja, na concepção que faz a pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado.”

A dignidade humana deriva dos ensinamentos dos filósofos São Tomas de Aquino e de Kant. Sua temática se desenvolve a partir da ideia de que o ser humano é um fim em si mesmo, jamais, um meio para atingir determinado fim. Sendo assim, identifica-se o ser humano como um sujeito de direito e não objeto deste.

O diálogo entre o filósofo e o jurista é marcado por convergências e divergências de toda ordem. Todavia, este debate, sobretudo quando travado na esfera pública, importa na melhor maneira de estabelecer nuances primordiais da compreensão das variadas dimensões da

dignidade e de sua possível realização prática para cada ser humano. Dessa forma, mostra-se evidente o papel efetivo do Direito ao que diz respeito à proteção e promoção da dignidade.

Aduz Ingo Wolfgang Sarlet:

Temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.

A definição clara do que efetivamente é a dignidade da pessoa humana, inclusive para efeitos de definição do seu âmbito de proteção como norma jurídica fundamental, é de difícil alcance. A problemática provém por se cuidar de um conceito de contornos vagos e imprecisos, calcado por sua ambiguidade e dificuldade.

O cerne deste óbice reside no fato de que, nesse caso, ao contrário do que ocorre com as demais normas fundamentais, não se tratam de aspectos mais ou menos específicos da existência humana, porém de uma qualidade tida para muitos como inerente a todo e qualquer ser humano, passando a ser comumente conceituada como o valor próprio que identifica o ser humano. Assim, esta conceituação não contribui muito para uma compreensão satisfatória do que notadamente é o âmbito de proteção da dignidade, na condição jurídico-normativa.

A proteção ao ser humano é garantida em vários artigos da Carta Magna e é manifestada através de diversas proteções, a exemplo da vida, saúde, liberdade, dentre outras. De acordo com a doutrina moderna, os direitos fundamentais têm aplicabilidade imediata, em virtude da força normativa da Constituição Federal, em atendimento ao preceituado no art. 5, parágrafo 1º, do mesmo diploma normativo.

Esta proteção surge a partir da necessidade de se criar anticorpos jurídicos contra a capacidade humana de degradação das pessoas quando visam obter o poder. Busca-se erigir no Direito o homem com o seu direito fundamental à vida digna, limitando-se assim o exercício do Poder. Importante lembrar, que a dignidade constitui-se qualidade intrínseca da pessoa humana, sendo irrenunciável e inalienável.

Aduz José Marcelo Barreto Pimenta (2012, p. 40):

Observe-se que não se está aqui defendendo o grau absoluto do princípio da dignidade da pessoa humana, pois, como já visto, não existem princípios absolutos. É da própria natureza principiológica que exsurge a relatividade dos mesmos, que são satisfeitos de acordo com as possibilidades fáticas e jurídicas, entendidas estas últimas como as situações de conflito com regras e colisões com outros princípios. O que se está aqui a defender é a busca incessante da realização da dignidade humana, que servirá de argumento maior para o intérprete dentro da sua argumentação jurídica.

Pertine apontar que no direito contemporâneo prega-se o respeito aos valores sociais, com fulcro em normas principiológicas. Entretanto, quando da aplicação do direito, por vezes, evidencia-se uma colisão entre estes. É cediço que, em havendo colisão entre princípios levar-se-á em conta uma correta fundamentação, atrelando-se a lei de colisão à teoria de argumentação jurídica. Neste quadro, de acordo com a nova hermenêutica, a dignidade da pessoa humana deverá ser o vetor primordial do intérprete.

3.DIGNIDADEHUMANAXATOSCONCRETOSCONDENÁVEIS

Há questionamentos no que diz respeito ao tratamento dado àqueles que cometem crimes reputados de grande potencial ofensivo. Alguns entendem que estes, em que pese o princípio ora em comento, devem receber tratamento diferenciado. De outra parte, em consonância com a opinião amplamente majoritária, é reconhecido que a dignidade não

está vinculada às circunstâncias concretas.

A edição da lei de crimes hediondos significou uma grande transformação no tratamento dado pelo Estado a certos crimes, uma vez que tais condutas são tidas como de grande repercussão social. A partir de então, inferiu-se um tratamento mais rigoroso quando da regulação destes comportamentos.

Nessa perspectiva, convém aduzir que o legislador preocupou-se em instituir norma mais rigorosa em virtude do elevado clamor social, já que o Estado se sentiu pressionado pela população face os protestos desta por punições de maior alcance.

Entretanto, ocorreu uma colisão entre os interesses da sociedade, ou seja, o clamor pelo tratamento mais severo destinado a tais condutas e os princípios constitucionais, a exemplo do princípio ao qual direcionamos o presente estudo.

A criminologia sociológica aduz que os crimes hediondos estão no ápice da pirâmide de desvalorização axiológica criminal, concluindo que tais condutas devem ser entendidas como mais graves, mais revoltantes, que produzem maior grau de repulsa social.

Fátima Aparecida de Souza Borges conclui que:

Crime hediondo diz respeito ao delito cuja lesividade é acentuadamente expressiva, ou seja, crime de extremo potencial ofensivo, ao qual denominamos crime “de gravidade acentuada”. Os crimes hediondos são os crimes cometidos contra os bens que são protegidos pela Constituição Federal.

Segundo o *Dicionário Aurélio* (1986, p.884), *hediondo* consiste em: “depravado, vicioso, sórdido, imundo, repelente, repulsivo horrendo”. Apontamos que o caráter flexível do significado possibilita que o julgador considere hediondo qualquer crime. Por conta dessa característica, buscou-se a utilização de um critério objetivo na enumeração taxativa dos tipos penais, pois se tivesse o legislador recorrido apenas à conceituação do termo, oferecer-se-ia margens intermináveis para discussões pertinentes à hediondez ou não do ato praticado.

Ainda, acerca do significado, segundo a Wikipédia:

Ontologicamente, o conceito de crime hediondo

repousa na ideia de que existem condutas que se revelam como a antítese extrema dos padrões éticos de comportamento social, de que seus autores são portadores de extremo grau de perversidade, de perniciosidade ou de periculosidade e que, por isso, merecem sempre o grau máximo de reprobção ética por parte do grupo social e, em consequência do próprio sistema de controle.

Conclui-se que, a prática de condutas de alto nível de reprovabilidade provocou uma busca em melhor atender aos anseios, reclames da sociedade. Porém, o tratamento dispensado aos que cometem crimes hediondos ultrapassa os limites constitucionais, pois evidencia-se uma colisão com alguns preceitos principiológicos.

Em que pese toda a discussão suscitada na presente pesquisa e o anseio social por um tratamento menos humano aos que cometem condutas de alta reprovabilidade, a Constituição Federal não diferenciou o alcance do princípio da dignidade humana, sendo este aplicado indistintamente a todo ser humano.

Aduz Sarlet (2007):

“Assim, mesmo que se possa compreender a dignidade da pessoa humana (...) como forma de comportamento (admitindo-se, pois, atos dignos e indignos), ainda assim, exatamente por constituir (...) atributo intrínseco da pessoa humana e expressar o seu valor absoluto, é que a dignidade de todas as pessoas, mesmo daquelas que cometem as ações mais indignas e infames, não poderá ser objeto de desconsideração”

Nesse quadro, cumpre-nos salientar que a dignidade, de acordo com a doutrina majoritária, não se vincula às circunstâncias concretas, pois esta é inerente a toda e qualquer pessoa humana.

Eleva-se o entendimento de que todos, incluindo-se o maior dos criminosos, são reconhecidos como pessoas e, portanto, dotados de dignidade, ainda que adotem um comportamento reprovável pela sociedade, não importando a dimensão.

4. CONCLUSÃO

Diante das considerações, insta perquirir que o princípio em comento, bem como os direitos fundamentais que a este são correlacionados, visa a assegurar a promoção e proteção da dignidade de todas as pessoas em todos os lugares e não está atrelado à conduta do indivíduo, descartando qualquer forma de parcialismo e fundamentalismo.

Insta aduzir que no debate que versa o presente estudo, sobretudo em virtude das condutas que geram alto impacto e repercussão social e a própria dignidade dos envolvidos no caso concreto, bem como em virtude do intenso embate entre concepções morais e religiosas altamente divergentes, deve-se levar em consideração a dignidade da pessoa humana e, sobretudo, expulsar toda e qualquer forma de afastamento da aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana.

APPLICABILITY OF THE PRINCIPLE OF HUMAN DIGNITY AGAINST THE COMMISSION OF WRONGFUL CONCRET ACTS

ABSTRACT: The present study has the objective applicability of the principle of human dignity against the commission of wrongful concret acts introductorily we will make an assessment regards human dignity as well as the analysis of the constitutional provision. We will seek to determine whether the conduct above elencad preclude the application of the principle of human dignity. Since it acts causing great social repercussions index. The principle focus is positive in article 1, section III of the Constituion. The importance of the topic is given raised against the thread which permeates, since it is high disapproval conduit. Despite the assertion, we demonstrate that the incidence of this principle is shown as a vector against the treatment meted out to those who commit crimes of high offensive potential

KEYWORDS: Dignity of the Human Person. The Constitution of the Federal Republic of Brazil. Concrete acts reprehensible. Applicability.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.*

Disponível em; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1986.

LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquemático*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAES, Alexandre de. *Direitos humanos fundamentais - Teoria geral, comentários aos arts. 1º ao 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. *As dimensões da dignidade da pessoa humana: uma compreensão jurídico-constitucional aberta e compatível com os desafios da biotecnologia*. In: SARMENTO, Daniel, PIOVESAN, Flávia(coords) *Nos limites da vida: aborto, clonagem humana e eutanásia sob a perspectiva dos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, pp. 209-240. Material da 3ª aula da Disciplina dos Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, ministrada no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu TeleVirtual em Direito Constitucional –m Anhanguera-UNIDERP – REDE LFG.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 5ª edição, revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Max Limonad, 2002, págs. 49 a 65. Material da 3ª aula da Disciplina Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, ministrada no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu TeleVirtual em Direito Constitucional – Anhanguera-UNIDERP – REDE LFG.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 27 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011

CONTEÚDO aberto. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Conteúdo aberto&oldid=1569001> Acesso em: 10 dez 2012

PIMENTA, José Marcelo Barreto. *O princípio da proporcionalidade como veículo de proteção dos direitos fundamentais na pós-modernidade jurídica: a busca da dignidade da pessoa humana*. Revista da Esmese. Aracaju, n. 17, p. 40, 2012.